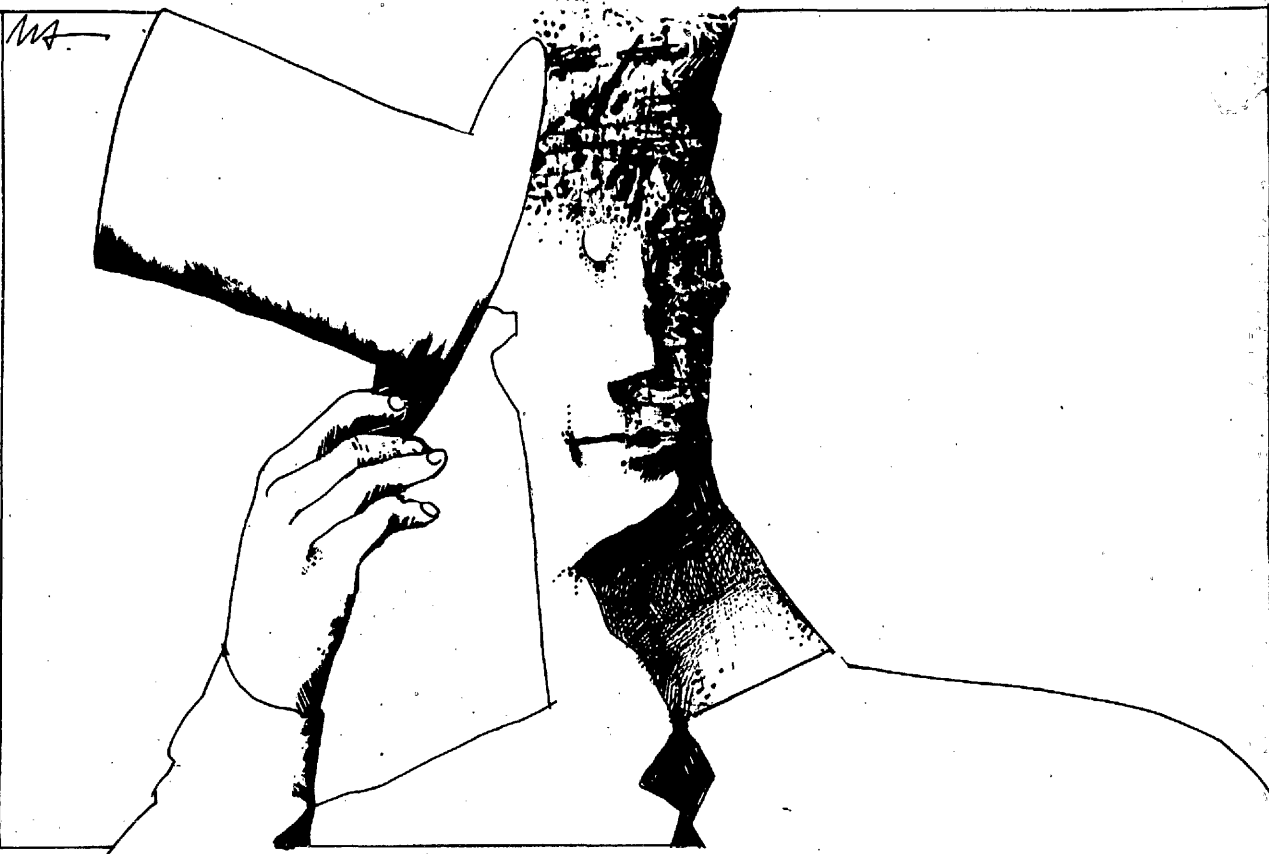


# Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## As duas crises

OSVALDO PERALVA



A mini-reforma ministerial, que o presidente José Sarney deflagrou nos últimos dias, consegue apenas amainar a crise, que fica inacabada como a sinfonia de Schubert. É verdade que, com a reunião dos governadores do PMDB no Rio de Janeiro, dia 17, aprovando os pontos principais de seu documento — mandato de cinco anos e presidencialismo —, graças sobretudo à atuação de Orestes Quércia e José Aparecido, sacramentada por Ulysses Guimarães, o presidente da República conseguiu um trunfo notável para influir na Constituinte.

Com o afastamento do ministro Raphael de Almeida Magalhães, cuja combatividade e denúncias relacionadas com o Funrural não de contribuir para o aprimoramento de nossos costumes políticos, criou-se o clima propício ao restabelecimento da Aliança Democrática.

A tentativa de ultrapassar os partidos e suas lideranças, para obter um apoio suprapartidário e majoritário mediante a assinatura de um compromisso de fidelidade incondicional dos parlamentares ao chefe do Estado, parece superada em definitivo, tanto por desnecessário quanto por impraticável.

Muitas arestas, no entanto, restam para ser limadas.

O mais provável é que Sarney chegue a um acordo de cavalheiros com o grupo parlamentarista, que tudo indica permanece dominante na Assembléia Nacional Constituinte. O parlamentarismo-já seria trocado pelo parlamentarismo pós-Sarney, apoio à tese do mandato dos cinco anos e, portanto, de respeito também aos plenos poderes dos atuais governadores e prefeitos.

Isso acalmaria um pouco as agitações da direita extrapartidária, que superestima as próprias forças e ressuscita lideranças como a grotescamente inviáveis como a do ex-presidente João Baptista Figueiredo.

Outras questões prosseguiriam sacudindo as fileiras dos dois principais partidos, o PMDB e o PFL, com reflexos sobre a Presidência da República, tanto em relação à Constituinte quanto em função das eleições municipais do ano que vem. A crise estaria reduzida, porém não liquidada.

Já tive ocasião de citar Gramsci a propósito de crises. Ele distingue dois tipos: uma que reflete a da estrutura, a crise orgânica, e outra, a crise conjuntural, sem grande alcance histórico, superficial, do dia-a-dia, envolvendo os grupos dirigentes restritos e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Já os fenômenos orgânicos dão lugar a uma crítica histórico-social que abrange os grandes agrupamentos, mais além das personalidades imediatamente responsáveis e da equipe dirigente.

Assistimos na atualidade a um entrelaçamento das duas crises, visível sobretudo nas críticas formuladas por personalidades que já estiveram no poder, nada fizeram para debelá-las, como o economista Mário Henrique Simonsen (entrevista de capa na revista "Veja") e o general João Baptista Figueiredo, em manifesto na imprensa. A despeito de ausência de autocritica, as advertências de ambos são válidas.

A realidade é que o Brasil ainda não equacionou efetivamente o seu problema social. De quando em quando, surgem planos assistencialistas, bem-intencionados, mas que não conduzem a uma solução, ou planos mirabolantes de investimentos gigantes, sem especificar os meios para realizá-los. A questão evidentemente é mais complexa, e reclama a sabedoria não apenas de economistas, mas também de sociólogos que conheçam a realidade brasileira, suas distorções, e sejam capazes de elaborar um programa para corrigi-las.

É alarmante constatar que na Assembléia Nacional Constituinte não apareceu um só trabalho refletindo preocupação com o comportamento demográfico brasileiro. No entanto, recente estudo de Michael S. Teitelbaum, por exemplo, começa por observar que poucos aspectos das sociedades humanas são tão fundamentais como a dimensão, a composição e a taxa de alterações de suas populações. Esses fatores afetam a prosperidade econômica, a saúde, a educação, a estrutura familiar, a criminalidade, a língua, a cultura. Enfim, virtualmente todos os aspectos da sociedade humana são afetados pelos movimentos populacionais.

O problema é resultante de dois fenômenos universais: a explosão demográfica e a urbanização. A população mundial, que só em 1980 atingiu um bilhão de habitantes, em 1930 já tinha dois bilhões. Em 1960, três. Em 1974, quatro. E no dia 11 de julho de 1987, a ONU nos informou que o mundo, povoado por 4.999.999.999 seres humanos, acabava de receber novo habitante, um iugoslavo, completando cinco bilhões.

A explosão é mais estrondosa nos países em desenvolvimento. No quarto de século entre 1950 e 1975, a população da China passou de 554 para 933 milhões; a do México, de 27 para 60 milhões; a do Irã, de 14 para

33 milhões, e a do Brasil de 53 para 108 milhões.

Enquanto isso, os moradores do campo se deslocam para as cidades. Hoje, dois bilhões de homens, mulheres e crianças (40% da população mundial) se concentram em áreas urbanas. Segundo a ONU, no ano 2000 a população urbana será superior à rural.

Pergunta-se quais as causas que impelem as massas camponesas à demanda dos centros urbanos, nos dias de hoje. As migrações primitivas eram diferentes. Os primeiros migrantes foram os caçadores e coletores de frutos, que se deslocavam continuamente em busca de alimentos. Há cerca de dez mil anos, novo e mais produtivo modo de vida, envolvendo a agricultura sedentária, tornou-se predominante. Daí por diante as migrações eram esporádicas. A nova onda migratória começou quatro mil ou três mil anos antes de Cristo, estimulada pelo desenvolvimento dos barcos marítimos e do nomadismo pastoral.

Na atualidade brasileira, são identificadas muitas causas: A mecanização da lavoura em algumas regiões, liberando mão-de-obra. Um perverso regime fundiário, semifeudal, que estimula o camponês a fugir para a cidade, apesar da informação estonteante do sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos sobre sua organização, afirmando que os sindicatos rurais somam cerca de oito milhões de membros, contra cerca de quatro milhões na área urbana. Por fim, as secas periódicas no Nordeste, impedindo os flagelados a buscar a sobrevivência nas cidades.

O mesmo autor nos declara que durante 21 anos de autoritarismo, o Brasil fez um conjunto de transformações econômicas e sociais que os Estados Unidos, em seu grande período de acumulação capitalista, levará quarenta anos. A Inglaterra, também quarenta anos. E a União

Soviética, trinta. Mas o fato é que, segundo recente pesquisa de economistas do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, há no Brasil (a oitava economia do mundo capitalista) oito milhões de menores abandonados; 70% de sua população sobrevive com rendimentos que não superam três salários mínimos. Anualmente, os acidentes de trabalho produzem quatro mil mortos e vários milhares de aleijados. Na lista mundial da qualidade de vida, ocupamos o 63º lugar.

Há quarenta anos, 70% da população brasileira habitava nas áreas rurais; agora habitam nos centros urbanos. A maioria vive em condições subumanas, em favelas e cortiços. No Rio de Janeiro, o crescimento de favelados é impressionante. Hoje eles constituem 40% da população carioca, e o economista Mário Henrique Simonsen, entre lúcido e assustado, observa que não é preciso ler Karl Marx sobre a vida subumana dos trabalhadores das minas de carvão da Inglaterra, do século passado, para se comover: "Basta dar um passeio, agora mesmo, pelas favelas do Rio de Janeiro. E até crápulas mais inteligentes, se não se comovem, pelo menos se inquietam com a vizinhança da miséria absoluta, pois não há guarda pretoriana que os proteja contra uma eventual descida dos morros".

O desequilíbrio entre as regiões geográficas e entre as camadas sociais, a prosseguir assim, só pode conduzir ao caos. Equacionar esse problema, desenhar-lhe a solução e começar a pô-la em prática eis a única saída para a crise orgânica, que alimenta também as crises conjunturais.

OSVALDO PERALVA é jornalista, foi secretário-geral de redação do jornal "Última Hora", diretor-redator-chefe do jornal "Correio da Manhã", correspondente da Folha no Japão e é, atualmente, membro de seu Conselho Editorial.